



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
NÚCLEO DE GESTÃO DO ICMBIO EM CURITIBA
PARQUE NACIONAL GUARICANA

**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Chico
Mendes de Conservação da Biodiversidade- PIBIC/ICMBio**

Relatório de Acompanhamento
(2018-2019)

**Territorialidades - interfaces do Parque Nacional Guaricana e Aldeia
Tupã Nh'è Kretã**

Flávia Rossato

**Orientador:
Aroldo Correa da Fonseca/ICMBio**

**Co-Orientador:
Yanina Micaela Sammarco/UFPR**

**Curitiba
Fevereiro 2019**

2. Resumo

O Parque Nacional Guaricana e os povos indígenas da Aldeia Tupã Nhe'é Kretã, localizados no estado do Paraná, compõem um cenário de sobreposição territorial, o qual gera necessidade de construir agendas e entendimentos comuns para manejo do conflito. Nesse sentido, é necessário considerar as percepções socioambientais e relações territoriais, a fim de identificar elos comuns em prol da conservação. No período de julho de 2018 a janeiro de 2019 as ações envolvidas com a pesquisa tiveram o objetivo de operacionalizar o Termo de Compromisso, um instrumento de gestão que tem por objetivo compatibilizar os interesses dos atores envolvidos. Para isso, foram realizados encontros e oficinas com FUNAI, ICMBio, povos indígenas, pesquisadores, bem como formações internas, leituras e discussões das estudantes, com o intuito de dar substrato para o processo de elaboração desse instrumento. O presente relatório tem por objetivo descrever as atividades realizadas no período indicado acerca da compreensão das relações que se estabelecem entre uma unidade de conservação de proteção integral em sobreposição ao território indígena.

Palavras-chave: povos indígenas, unidades de conservação, termo de compromisso, etnoconservação.

Abstract

The Guaricana National Park and the indigenous peoples of the Tupã Nhe'é Kretã village, located in the state of Paraná, make up a scenario of territorial overlapping, which generates a need for an approximation between the parties for the conservation of socio-biodiversity. In this sense, it is necessary to consider socio-environmental perceptions and territorial relations, in order to identify common links for conservation. From July 2018 to January 2019, the actions involved in the research had the objective of operationalizing the Term of Commitment, a management tool that can reconcile the interests of the actors involved. For that, meetings and workshops were held with FUNAI, ICMBio, indigenous peoples, researchers, as well as internal formations, readings and discussions of students, with the purpose of providing a substrate for the elaboration process of this instrument. The purpose of this report is to describe the activities performed during the indicated period on the understanding of the relationships established between a National Park overlapping the indigenous territory.

Key words: indigenous peoples, conservation units, term of commitment, ethnoconservation.

Lista de Figuras

Figura 1 - reunião entre representantes indígenas, FUNAI, UFPR e ICMBio;

Figura 2 - reunião entre representantes indígenas, UFPR e ICMBio;

Figura 3 - caminhada pela área da aldeia;

Figura 4 - terceira reunião, presentes: Aroldo Fonseca, Bianca Moraes, Carina Foppa, Elói, Flávia Rossato, Kretã, Luiz Afonso e Thayná Castro;

Figura 5 - momento da discussão da minuta e cláusulas do Termo de Compromisso.

Figura 6 - segundo dia de oficina entre UFPR, aldeia, ICMBio e Funai realizada na Reitoria UFPR - Curitiba;

Figura 7 - atividade com alunos e professores da EI;

Figura 8 - árvore de saberes elaborada pelos professores indígenas e não indígenas;

Figura 9 - Reunião “Grande Reserva da Mata Atlântica” com Aldeia Tupã Nhe’ê Kretã.

Figura 10: Encontro do dia 8 de fevereiro de 2019 na Aldeia Tupã Nhe’ê Kretã.

Figura 11: Encontro na comunidade da Limeira, entorno do PARNA Guaricana.

Lista de Abreviaturas e Siglas

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

IC- Iniciação científica

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUCN- União Internacional para Conservação da Natureza

NGI- Núcleo de Gestão Integrada

PARNA- Parque Nacional

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TC- Termo de compromisso

TI- Terra indígena

EI- Escola indígena

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Objetivos.....	10
3. Materiais e métodos.....	10
3.1 Literaturas.....	10
3.2 Processo formativo.....	11
3.3 Encontros com os indígenas.....	12
3.4 Percepções e Observações.....	13
3.5 Saídas de campo guiadas pelos indígenas.....	13
3.6 Registro.....	13
4. Resultados e Discussões.....	13
4.1 Atividades formativas e encontros para elaboração do Termo de Compromisso.....	13
4.2 Natureza e modos de vida.....	22
4.3 Diálogo entre as áreas.....	23
4.4 Diálogo entre academia, agentes governamentais e povos.....	24
5. Considerações finais.....	25
6. Recomendações para o manejo.....	25
6.1 Recuperação da área.....	25
6.2 Levantamento de etnoecologia.....	25
6.3 Turismo.....	26
7. Agradecimentos.....	26

8. Cronograma de Conclusão do Plano de Trabalho.....	26
9. Citações e referências bibliográficas.....	27

1. Introdução

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela lei nº 9.985/2000, é o conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais federais, estaduais, municipais e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de unidades de conservação no Brasil. É composto por 12 categorias de UC, divididas em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral; Unidades de Uso Sustentável. Consta em seu Art. 2º, inciso I, a definição de unidade de conservação como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

O Parque Nacional Guaricana, foi instituído pelo Decreto s/nº de 13 de outubro de 2014, classificado como Unidade de Conservação de proteção integral, na categoria de Parque Nacional, localizado nos Municípios de Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com os objetivos de garantir a preservação de remanescentes de floresta ombrófila densa e floresta ombrófila mista, incluídos flora, fauna, recursos hídricos e geológicos, geomorfologia e paisagens naturais associadas. Segundo a lei nº 9.985/2000, inciso VI, uma unidade de conservação de proteção integral deve fornecer:

manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (SNUC, 2000).

De acordo com Diegues (2008), até 1962, no Terceiro congresso Mundial de Parques Nacionais, a questão da presença de comunidades locais não era pautada, sendo essas assumidas como as responsáveis pela degradação das áreas naturais, pela condição de crescente pobreza destas populações. Foi, portanto, neste Congresso, em Bali, que ocorreu a reafirmação dos direitos das comunidades locais com sua cultura, economia e espiritualidade e que o planejamento dos parques fossem realizados juntamente às comunidades e a variedade de especificidades locais.

Contudo, foi na União Internacional para Conservação da Natureza, em 1986, que essa relação foi posta de maneira mais nítida recomendando que o governo e outros órgãos reconhecessem a relação que as populações locais, como indígenas, tribais e tradicionais têm com a natureza. É preciso certificar a participação dessas populações no controle dos recursos compartilhados, bem como a manutenção das áreas de parque, e assegurar as necessidades dessas populações nos territórios afetados levando em conta que é da floresta que retiram seu sustento e sobrevivência. Portanto, se há proibição da presença desses povos nessas áreas, há aumento da predação e degradação e relação insustentável com a floresta e com o poder público (DIEGUES, 2008).

Segundo o diagnóstico socioambiental da TI Tupã Nhe'è Kretã, realizado no ano de 2017 por pesquisadores parceiros da população indígena, a comunidade se consolidou na área desde o mês de agosto do ano de 2014, meses antes do decreto do Parque ser publicado. A área passou por um processo de sucessão, nas fases iniciais, capoeira e intermediária, capoeirão. Sendo a maior parte composta por reflorestamento de *pinus*. A comunidade está instalada na região da antiga fazenda chamada Arraial que foi administrada pela empresa Técnica Florestal para cultivo e extração de madeiras. Mais tarde, outra empresa, chamada Norske Skog, adquiriu a terra e tinha como objetivo retirar os *pinus* e reflorestar a área para criação de uma unidade de conservação. Porém, após a retirada dos pinus de maior valor comercial, esta empresa interrompeu o projeto deixando vários indivíduos sem corte e em Área de Preservação Permanente. Ainda segundo o mesmo diagnóstico, a aldeia Tupã Nhe'è Kretã é composta pelas etnias Mbyá Guarani, Kaingang e Xokleng que, apesar de apresentarem suas especificidades culturais, possuem objetivos convergentes: o fortalecimento da cultura indígena, a recuperação e preservação da floresta e a construção para um futuro das gerações. De acordo com o diagnóstico:

O território e a territorialidade são conceitos pensados de maneira distinta pelos grupos, de acordo com seus sistemas de espacialização e regimes cosmológicos específicos, contudo, compartilham o desejo de reduzir os impactos ambientais cometidos por antigos empreendimentos na área (FORTES et al., 2017, p. 4).

Uma das formas de realizar a mediação entre o órgão gestor e a comunidade inserida dentro de uma unidade de conservação de proteção integral, é o termo de compromisso previsto pelo SNUC. Segundo a instrução normativa nº 26/2012:

“termo de compromisso: instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.” (SNUC, 2012)

Devido ao lento processo de homologação e de demarcação da terra indígena, inerente a legislação indigenista, o TC previsto na legislação ambiental pode assegurar o uso dos recursos indispensáveis para sobrevivência da comunidade na área que se sobrepõe à UC. De acordo com a convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais:

Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade (DECRETO Nº 5.051, 2014).

Para Talbot (2016), o TC simboliza um acordo prévio para permanência das populações e conservação da biodiversidade antes de chegar a uma solução final, levando em consideração que o acordo não é o ideal para nenhuma das partes, mas uma resultante de negociações. Ainda para a mesma autora, apesar de o TC ser um instrumento legal e de potencialidade para a gestão do conflito, a sua implementação ocorre em diferentes realidades e com variadas interpretações.

Porto-Gonçalves (2006 *apud* MIRANDA et al. 2017) afirma que *“tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza”*. Com base nisso, é importante que experiências se constituam na implementação de UCs de proteção integral que possam compatibilizar os direitos dos povos indígenas e da conservação.

A presente pesquisa, intitulada “Territorialidades - interfaces do Parque Nacional da Guaricana e Aldeia Tupã Nh’è Kretã”, possui originalmente dois planos de trabalho. Apesar de serem distintos, possuem objetivos complementares que estão se consolidando até o presente momento de forma conjunta pelas duas acadêmicas.

Portanto, este relatório foi elaborado em conjunto pelas acadêmicas de IC/ICMBio do Parque Nacional Guaricana.

2. Objetivos

Objetivo geral: Levantar e mapear dos usos e percepções socioambientais com os indígenas da aldeia Tupã Nhe'é Kretã. Salientar e levantar os potenciais de cooperação da comunidade com o Parque Nacional da Guaricana. Aproximar a comunidade com o órgão gestor, debater sobre a área, questões territoriais, usos e percepções da comunidade com a área conflituosa durante a construção do termo de compromisso.

Objetivos específicos:

1. Identificar por meio de métodos participativos os diferentes usos dos recursos naturais;
2. Produzir mapas dos usos;
3. Levantar as percepções socioambientais.

3. Material e Métodos

A pesquisa foi orientada pela abordagem qualitativa (HAGUETTE, 1992; MINAYO, 1998). Nessa fase, o propósito de construir laços de aproximação com os povos indígenas foi fundamental. De acordo com Vieira et al., (2005), a antropologia aplicada sugere a importância de estabelecer uma relação de confiança (*rapport*) com a população local, através de longas visitas de campo, onde o pesquisador deve ser paciente, observador e bastante comunicativo. Além disso, sugere a necessidade de valorizar o conhecimento técnico local. De tal modo, a ampliação de leituras sobre a temática dos povos indígenas, bem como as dimensões ético-metodológicas foram fundamentais para aprimorar a conduta em campo das pesquisadoras.

O caminho metodológico percorrido até o momento envolveu as etapas que seguem.

3.1 Literaturas

Foi realizado o levantamento de dados secundários nas seguintes temáticas: Unidades de Conservação (SAMMARCO, 2014), (SNUC, 2011), manual do termo de compromisso, construção do termo de compromisso (TALBOT, 2016), gestão compartilhada (MMA, 2015), territorialidades: composição de grupos Jê (TOMMASINO, 2016; ALBERT e KOPENAWA, 2010), etnoconservação, sistemas complexos (MORIN, 1990 e MATURANA, 1984), sistemas sociais, econômicos e ambientais (BERKES), educação indígena (BACKES, 2018 e SILVA, 2018).

As dissertações de pesquisas realizadas no entorno do PARNA Guaricana, bem como o acervo de materiais disponibilizados pelo cacique, referente aos estudos realizados no ano de 2017 pelos povos comunidade indígenas junto aos pesquisadores colaboradores, tais como: *Diagnóstico socioambiental da TI Tupã Nhe'è Kretã, mapa mental da área, croquis das bacias hidrográficas*.

3.2 Processo formativo

O processo formativo ocorreu de forma colaborativa com a orientação dos servidores do ICMBio e das Professoras co-orientadoras da UFPR. Em agosto (18) participamos de um curso introdutório sobre a Gestão de Áreas Protegidas, ministrado pelo Analista Ambiental Aroldo Fonseca, com 30 h de duração, sendo disponibilizado ainda um manual ilustrado que abordava os seguintes temas: áreas protegidas pela lei florestal; antecedentes do SNUC; visão geral da lei do SNUC; categorias de manejo; criação, ampliação, desafetação e mudança de categoria; instrumentos de gestão; licenciamento e compensação ambiental; sustentabilidade financeira; reassentamento e conflitos; reservas da biosfera e assuntos gerais; reflexões.

As co-orientadoras da UFPR Yanina Micaela Sammarco e Carina Catiana Foppa organizaram um plano de leituras e posterior discussão tendo quatro pilares indicadores: 1) Etnoecologia; 2) Conservação; 3) Povos Indígenas, com foco em literaturas sobre os Jê e Kaingangs e 4) Escola indígena. Conceitos sobre percepção, pertencimento, socioambientalismo, etnoecologia e conhecimento tradicional foram abordados. O papel da educação escolar indígena foi também abordado, considerando sua relação com a temática do projeto, bem como pela parceria da UFPR em desenvolver ações de pesquisa e extensão em parceria.

Tivemos formações junto ao projeto de Ambientalização Escolar com as co-orientadoras e as equipes que realizam o projeto dentro das escolas. Nesses encontros pudemos discutir e compreender que a educação ambiental se dá no cotidiano e

sobretudo dentro das escolas, sendo portanto uma ferramenta crucial para a conservação. A aproximação com o projeto de Ambientalização nos auxilia nas temáticas agroecológicas e estratégias de ensino para aproximação do ambiente escolar da aldeia.

Participamos também de uma atividade formativa proposta pelo servidor Luiz Faraco sobre Gestão de Conflitos, na qual analisamos as formas como se dão os conflitos, baseados no livro instrucional Gestão de Conflitos em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade de Olympio Barbanti Jr (2010).

3.3 Encontros com os indígenas

A aproximação se deu em reuniões e encontros entre o núcleo do PARNA e representantes indígenas, sendo na maioria das vezes os encontros ocorrendo na própria aldeia. As reuniões foram marcadas respeitando a disponibilidade dos indígenas. Estavam presentes membros parceiros da comunidade como pesquisadores, a FUNAI, os servidores do ICMBio, as co-orientadoras da pesquisa da UFPR e as estagiárias.

As reuniões foram uma continuidade da relação do ICMBio com o grupo indígena, sendo a primeira ainda no mês de Junho de 2018, onde foram brevemente nos apresentadas as pesquisas já desenvolvidas, qual a relação do ICMBio com as lideranças indígenas e qual a possível/desejada participação da universidade e da pesquisa neste processo de proximidade e de formalização do Termo de Compromisso entre as partes, fomentando assim nossas expectativas para o início das pesquisas no semestre seguinte.

Foram realizadas no total de nove (9) encontros, a fim de debater o termo de compromisso e como se dá tal instrumento. Dessas nove, sete (7) ocorreram na aldeia, uma na universidade e uma na casa de saúde indígena (Sesai).

Realizamos encontros quinzenais com o grupo de estudos e co-orientação das professoras e algumas semanais com todo o grupo de pesquisa ICMBio abordando as principais demandas e alinhando a pesquisa.

Ocorreram duas oficinas durante o período, as duas ocorrendo na aldeia, sendo que a primeira foi ministrado pelo orientador do ICMBio, Aroldo, abordando o instrumento do TC, a fim de explicar e solucionar dúvidas sobre o objetivo do TC e quais seriam os próximos passos para formalização do termo.

A última oficina foi ministrada pelas professoras co-orientadoras e as estagiárias com enfoque na comunidade escolar com a finalidade de nos aproximar da realidade,

contexto e visões dos saberes e valores que compõem a comunidade como um todo, entendendo que a escola é uma estrutura comunitária importante.

3.4 Percepções e observações

Foram levantadas as percepções visuais, interativas, ilustrativas e descritivas durante os encontros as quais foram registradas nos diários de campo das estudantes. Esses levantamentos se deram a partir das observações e interações com os grupos durante as reuniões, formações e oficinas.

3.5 Saídas de campo guiadas pelos indígenas

Durante alguns encontros ocorreram saídas pelo território indígena guiadas pelo cacique. Conhecemos os principais locais de uso, moradias, escola, locais de roças, rio, pontes, morros sagrados, santuários, prainha e trilhas.

3.6 Registro

Como uma forma de registro e coleta de dados, elaboramos um diário de campo no qual foram registradas as reuniões e oficinas, que auxilia a definir os grandes temas e pontos que subsidiam a construção do TC.

Parte dos encontros foram registrados em forma de ata, as quais foram inseridas na memória do processo ICMBio Sei 02127.000417/2018-17.

4. Resultados e discussões

4.1 Atividades formativas e encontros para elaboração do Termo de Compromisso

A relação entre ICMBio e povos indígenas mostrou-se positiva, isso se deu ao fato de a equipe estar aberta a construir uma relação com os indígenas, compreendendo que a área onde a aldeia está localizada é o fator que integra-interesses compartilhados, como a recuperação da área degradada pela colheita do pinus, a conservação socioambiental, proteção contra esbulhos e turbações, etc.

A experiência do cacique Kretã contribuiu para esta proximidade, já que sua experiência com outros conflitos promoveu o diálogo com o ICMBio para observar a possibilidade de garantia dos direitos indígenas. Entretanto, muitos entraves ainda estão

entrelaçados ao processo de formalização do TC, devido ao processo histórico de conflitos que os povos indígenas enfrentam com os órgãos ambientais (SANTILLI, 2005).

Ainda assim, tanto o cacique quanto os demais indígenas demonstraram estar abertos a formalizar, via termo de compromisso, a garantia dos direitos no território sobreposto à UC.

No dia 21 de setembro de 2018 realizamos a primeira reunião na Aldeia. Além de representantes indígenas, ICMBio e UFPR, estavam presentes membros da FUNAI (Figura 1). A principal pauta da reunião foi a urgência na elaboração do Termo de Compromisso, tendo em vista a atual conjuntura política. Do encontro resultou o compromisso das partes em priorizar a elaboração do documento com as informações já existentes sobre o território.

Uma das demandas dos indígenas é que sejam desenvolvidas pesquisas que enfoquem o mapeamento das medicinas tradicionais, etnografia, entre outros temas que valorizem seus conhecimentos tradicionais. De acordo com Toledo (2001), dada a importância demonstrada dos povos e comunidades tradicionais para a conservação da biodiversidade, é essencial se reconhecer a necessidade de empoderar as comunidades locais. Isto é, manter, reforçar ou ter controle por parte desses grupos sobre seu território e recursos naturais, assim como ter acesso suficiente à informação e tecnologia. De tal modo, a pesquisa pode ser uma forma de fortalecer as lutas desses grupos a partir do registro do impacto positivo na relação com o território que nesse caso, compreende a proteção da sociobiodiversidade.

O próximo passo foi a análise dos documentos, disponibilizados pelo cacique, produzidos anteriormente quanto aos usos realizados no território. Uma demanda do cacique foi para que todas as pesquisas já realizadas fossem consideradas. Dessa forma, como já haviam sido produzidos os mapas, não foi iniciado um novo processo de mapeamento de usos e percepções, modificando a proposta do plano de trabalho inicial. Frente a isso, os dados que se referem aos usos e que constam nessas pesquisas, foram sistematizados para embasar a elaboração do termo. Para isso iniciamos uma compilação desses dados com os pontuados em reuniões, criando um documento que ainda está em elaboração, a partir do *Protocolo e plano de consulta para construção participativa do termo de compromisso entre ICMBio e indígenas*.



Figura 1: reunião entre representantes indígenas, FUNAI, UFPR e ICMBio.

No dia 9 de outubro, realizamos a segunda reunião na aldeia (Figura 2). Nesse encontro foi apresentado pelo ICMBio aos representantes indígenas como se dão as etapas da elaboração do TC. Após a exposição das etapas, alguns pontos foram colocados pelo cacique, atividades que eles praticam e que pretendem praticar no futuro, como o cultivo de abelhas nativas e as dificuldades para captação de água. No final da reunião o cacique se propôs a nos levar para conhecer uma área da aldeia que ainda não conhecíamos, aproveitando para mostrar locais que futuramente pretendem dar algum tipo de uso.



Figura 2: reunião entre representantes indígenas, UFPR e ICMBio; Foto: Flávia Rossato

No dia 17 de outubro retornamos à aldeia (Figura 3). Nesse encontro foi realizado o início da discussão da minuta e cláusulas do Termo de Compromisso. Durante o

repassa dos pontos foram feitas as alterações necessárias e adaptadas às demandas da comunidade (Figura 4).



Figura 3: terceira reunião, presentes: Aroldo Fonseca, Bianca Morais, Carina Foppa, Elói, Flávia Rossato, Kretã, Luiz Afonso (Libres Brasil) e Thayná Castro.

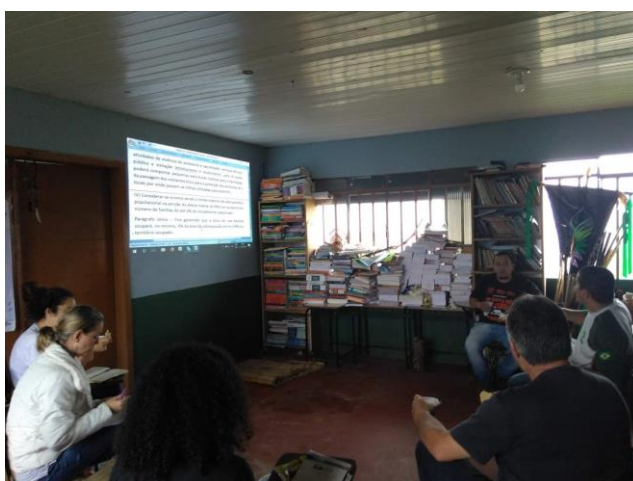


Figura 4: momento da discussão da minuta e cláusulas do Termo de Compromisso; Foto: Flávia Rossato

No dia 23 de outubro a visita a aldeia ocorreu no período da manhã. Nos reunimos com indígenas e professores da Escola Estadual Indígena Emília Jera Poty (Figura 5) para discutir como as atividades a serem desenvolvidas na escola, em conjunto com os alunos, moradores e educadores, podem contribuir para o processo da pesquisa e atender as demandas da comunidade.

Após conversa, a qual aproximou o grupo de pesquisa com a comunidade, fomos convidadas para almoçar com os moradores, as crianças e professores, na escola. Este momento de partilha e troca de saberes nos aproximou da rotina, costumes, tempo e dinâmica da aldeia.



Figura 5: reunião entre UFPR, comunidade e educadores da aldeia Tupã Nhee Kretã; Foto: Flávia Rossato

No dia 26 de outubro estivemos em reunião na aldeia, a fim de dar continuidade à construção do termo de compromisso e repassar os pontos da cláusula debatidos anteriormente como uma preparação para a futura oficina com a FUNAI, descrita na sequência. Esse momento foi importante para discutir situações conflitantes, como adensamento populacional e usos rotineiros da comunidade, sobretudo, para quais seria necessário a autorização do ICMBio e quais já poderiam estar autorizados previamente no termo.

Essa discussão foi tensionada, principalmente no que diz respeito à delimitação da terra indígena, conceito de território, locais de usos e futuro projeto de etnoturismo, visto que a perspectiva ICMBio/SNUC, em relação ao turismo, pode ser divergente da indígena. Existe preocupação da comunidade com o futuro da aldeia, principalmente em relação ao número de pessoas, visto que não conseguem definir o adensamento. É necessário alinhar essas questões pois, sob nosso ponto de vista, há um mesmo objetivo: cuidar da natureza, consequentemente do parque, e proporcionar o contato de pessoas com a realidade cultural, social e ambiental.

No dia 30 de outubro participamos da reunião do conselho do Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, no município de Matinhos, junto ao servidor Luiz Faraco. Além da reunião, participamos de uma oficina sobre plano de manejo, no qual pudemos ter melhor compreensão de como começar o plano, dificuldades de iniciar o processo e a sua importância para o uso do parque. O PN Saint-Hilaire/Lange existe desde 2001, mas só agora, com o conselho há mais tempo consolidado, é que os trabalhos para construção do plano de manejo estão sendo encaminhados, já que depende da relação, aproximação da comunidade local e regularização das terras. Compreender a rotina do

Plano de Manejo é importante para o diálogo futuro sobre os potenciais e desafios à gestão do parque junto aos povos indígenas.

Nos dias 6, 7 e 8 de novembro ocorreu a oficina com FUNAI, com a presença dos indígenas, ICMBio e UFPR, com o objetivo de auxiliar na estruturação do TC (Figura 6). Foi discutida a questão do que é o termo de compromisso, as regras, deveres e direitos de cada parte, a importância do diagnóstico e a questão da gestão integrada. No último encontro, todos se reuniram na aldeia e foi realizada a análise das cláusulas do termo previamente elaborado a partir da experiência de outro Termo, assinado entre o ICMBio e os índios pataxós (sul da Bahia), com considerações da FUNAI. Alguns pontos importantes como o conceito de comunidade, território, aldeia e terra indígena vieram à tona durante a leitura do TC, visto a compreensão diferenciada por cada parte envolvida. Sobre isso, ficou acordado junto aos indígenas que a definição de "território reconhecido pela comunidade, que se sobrepõe ao Parque" seria condizente com os direitos dos indígenas. Outros pontos discutidos foram: uso do fogo, de insumos madeireiros e não madeireiros na área degradada e não degradada. O texto da minuta foi repassado e lido por todos, conjuntamente, desde o início. Alguns pontos iniciais relacionados aos usos foram alterados, após discussão. Partes do texto que pudessem travar alguma decisão posteriormente foram retirados, após discussão e aceitação das partes. Definiu-se que o termo de compromisso será acompanhado de uma nota técnica, que irá detalhar o contexto, explicar os termos utilizados, bem como trazer as justificativas para as atividades e usos mencionados.



Figura 6: segundo dia de oficina entre UFPR, aldeia, ICMBio e Funai realizada na Reitoria UFPR - Curitiba; Foto: Flávia Rossato.

No dia 26 de novembro realizamos no escritório do ICMBio uma atividade formativa proposta por Luiz Faraco sobre Gestão de Conflitos. Nesta atividade pudemos observar e analisar as formas como se dão os conflitos baseados no livro *Gestão de Conflitos em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade* de Olympio Barbanti Jr., o qual ilustra e direciona os conflitos para que os atores envolvidos possam visualizar e compreender quais os principais pontos divergentes e convergentes entre a comunidade, a equipe ICMBio, condução do projeto e da pesquisa. Importante para notarmos que, dentro da própria equipe gestora, há divergência de estratégias e pensamentos em relação à temática territorial, bem como visualizar como os objetivos e metas estão sendo balanceadas dentro de cada realidade envolvida e seus diversos atores.

No dia 27 de novembro realizamos um encontro na aldeia, na qual ocorreu uma atividade com os professores da Escola Indígena e alunos (Figura 7). Sob orientação das professoras co-orientadoras da UFPR realizamos uma atividade de percepção do ambiente escolar com as crianças, tendo em vista que a escola é um espaço de extrema importância na dinâmica da comunidade. Backes (2018), relata que durante seus estudos com povos indígenas, uma questão chamou atenção nas entrevistas, apontando que a construção de pedagogias decoloniais¹ é a forte ligação que as escolas indígenas têm com suas comunidades. Vínculo traduzido na expressão usada pela entrevistada indígena Terena: “*é uma corrente, é um elo. É uma coisa interminável. Tudo o que acontece na comunidade pode não começar dentro da escola, mas termina dentro dessa escola*”.

Esta atividade proporcionou uma leitura sobre os valores que suportam a escola, a comunidade como um todo e, sobretudo, sobre a própria cosmovisão indígena. Construimos uma árvore dos saberes que simboliza as concepções do grupo em relação aos objetivos da escola e dos indígenas (Figura 8). Para cada dimensão da árvore foram postas palavras que representassem essa posição. As principais palavras citadas foram nas raízes: *Mãe Terra*; no tronco: *Povo*; nas folhas: *Resistência* e nos frutos: *os nomes das crianças*.

No dia 14 de dezembro realizamos uma visita à aldeia (Figura 9), acompanhando o grupo que está articulando a criação da “Grande Reserva da Mata Atlântica”, considerando que boa parte do PARNA Guaricana está incluso nesta área contínua de quase um milhão de hectares de Mata Atlântica. A proposta é relevante para que esse bioma, rico em biodiversidade, possa ter visibilidade nacional e internacional e, por consequência, fomentar o apoio às UCs presentes em toda a extensão da Reserva, que não é uma UC, mas uma estratégia de mobilização para conservação. Foi feita uma apresentação do projeto da Grande Reserva e discutido o interesse da parceria com a comunidade, já que o propósito da iniciativa é também fomentar a cultura e as comunidades que compõem esse ecossistema.



Figura 9: Reunião “Grande Reserva da Mata Atlântica” com Aldeia Tupã Nhe’ê Kretã. Foto: Luiz Faraco.

Realizamos a elaboração de um material (ANEXO I), a partir da minuta do termo de compromisso, onde inserimos alguns dados já fornecidos nas pesquisas (local de roças, uso do fogo, extrações, artesanatos, etc) anteriores da comunidade, unindo com as novas informações coletadas em cada encontro. Este material tem como propósito direcionar e organizar as informações já existentes sobre os usos da comunidade na área a fim de nos auxiliar nos próximos passos.

A observação participativa trata-se de uma técnica adequada para pesquisar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que muitas vezes é transmitido por demonstrações práticas ao invés de verbalizações (VIEIRA et al., 2005).

As percepções foram fundamentais durante o processo de aproximação com os grupos tendo em vista que esse primeiro momento do estágio e da pesquisa nos proporcionou participar, observar e aprender sobre uma nova realidade e contexto. Tanto as questões territoriais indígenas quanto às questões das unidades de conservação se mostram necessárias para compreender a importância de cada ponto de vista.

“Tudo o que existe no ambiente influencia o ser, que o capta e integra no processo mental de interação e construção. Nesse caso, impõe-se a necessidade de ressignificar, também, o próprio conceito de percepção.”
(SANTOS, 2008)

Partindo da dimensão de que a nossa percepção também precisa ser ressignificada, a construção dos laços entre os atores envolvidos durante os encontros foi essencial para que os próximos passos sejam dados sob uma ótica que contemple as prioridades de cada grupo, mas sobretudo dos pontos que convergem as partes compromissadas e todos os atores envolvidos como a aldeia e o Parque, FUNAI, ICMBio e ONG's.

No dia 08 de fevereiro de 2019, para retomar o processo do TC, ocorreu uma reunião na aldeia junto às principais lideranças, ICMBio e UFPR (Figura 10). O encontro teve como objetivo realizar a discussão da minuta revisada pelos indígenas. O cacique comentou da reunião que havia ocorrido no dia anterior referente ao projeto novo da aldeia se tornar uma “aldeia multiétnica” junto ao projeto maior do centro etnobiológico e informou sobre os parceiros que estão fazendo para realizar as construções de forma sustentável.

Após finalizar o repasse da minuta, foi discutido sobre os planos de ação junto a escola e a pesquisa, para construirmos a agenda do semestre. Foi comentado sobre a pesquisa com as plantas medicinais, monitoramento das áreas de recuperação e escola.



Figura 10: Encontro do dia 8 de fevereiro de 2019 na Aldeia Tupã Nhe'ê Kretã. Foto: Thayná Castro

No dia 23 de fevereiro, sábado, no período da tarde, realizamos uma visitada a comunidade da Limeira, localizada no entorno do Parna Guaricana (Figura 11). Durante o encontro foi falado sobre a formação do Conselho do Parque, convidando a comunidade para participar. Nessa ocasião também foram sanadas dúvidas de vários moradores em relação a como o Parque pode influenciar na dinâmica de vida deles, tanto de forma positiva (turismo, conservação), quanto negativamente (parte de terrenos que foram incluídos dentro do parque). Os moradores inicialmente se mostraram bem receosos, nos contaram que sempre escutam relatos negativos em relação a criação de áreas protegidas (Guaraqueçaba, Barra do Turvo). A comunidade vive, principalmente, do cultivo de banana ouro e extração de recursos naturais, como a palha e organiza-se por meio de uma associação chamada APRULI (Associação dos Produtores Rurais da Limeira).



Figura 11: Encontro na comunidade da Limeira, entorno do PARNA Guaricana. Foto: Thayná Castro

No dia 13 de março ocorreu uma reunião na Escola Estadual Indígena Jera Poty, localizada na Aldeia Tupã Nhé'e Kretã, junto a UFPR, com o intuito de dar continuidade na parceria iniciada no ano anterior. Foi feita uma apresentação dos projetos de Ambientalização Escolar e Ecologia de Saberes com Comunidades Tradicionais. A ideia foi firmar a parceria dos projetos de extensão com a escola e comunidade para que possam ser construídos de maneira coletiva entre as partes e sobretudo pela ótica prioritária da comunidade.

No mês de abril e maio nos dedicamos às atividades no escritório, dando continuidade às questões do termo de compromisso, realizando a justificativa das minutas do TC a partir dos registros realizados durante as reuniões, bem como dos materiais já existentes da Aldeia TPK. Para cada minuta, foi analisado se houve modificação e justificado a partir do que fora debatido e construído nas reuniões.

Para esta justificativa também foram acrescentadas algumas bibliografias de modo a subsidiar os temas debatidos e a importância de alguns assuntos como territorialidade e mobilidade. Alguns dos pontos debatidos foram: desenvolvimento de atividades agrícolas, culturais; adensamento populacional; cadastro; alteração dos termos utilizados de comunidades para povos; manejo florestal; criação de animais; pesca, época de defeso; locais sagrados; preservação socioambiental; construções e edificações; uso da água; extração vegetal madeireira e não madeireira; possível

atividades em parceria ao ICMBio para conservação através do etnoturismo, montanhismo e eventos; possível sede do ICMBio na aldeia; interesse dos indígenas em se tornarem brigadistas; restrições de uso dentro do território; espécies exóticas e parques nacionais; caça; revitalização e recuperação de áreas degradadas; controle de rebrota e manejo do *Pinnus*.

4.2 Natureza e Modos de vida

De acordo com Diegues (2001), as comunidades tradicionais não consideram a terra simplesmente como um recurso econômico. Na cosmovisão desses povos, a natureza é a fonte primária de vida que nutre, mantém e ensina. Isso nos é reforçado a cada encontro e contato com a comunidade Tupã Nhe'ê Kretã. Desta forma, a natureza é, portanto, não somente uma fonte produtiva mas o centro, o universo e cultura para a base da identidade étnica. O mesmo autor ainda cita que na cosmovisão indígena cada ato de apropriação da natureza deve ser negociado com todas as coisas existentes (vivas e não-vivas), através de diferentes mecanismos como os rituais agrários espirituais. Os humanos são vistos, portanto, como uma forma específica de vida participando de uma comunidade mais ampla de seres vivos regulados por um conjunto único e totalizador de regras de conduta.

De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009) para que seja possível compreender as dinâmicas territoriais, é necessário entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em uma complexa inter-relação entre crenças, conhecimentos e práticas.

Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania dessas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. Isso não significa ressuscitar o mito do “bom selvagem” ou do “ecologismo nato” das populações selvagens. Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e à mudança cultural. Nem todos são “conservacionistas natos”, porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional (ARRUDA, 1999).

Durante o processo das reuniões e contato com os indígenas, ficou evidente como os modos de vida desses povos possuem potencial para a conservação da sociobiodiversidade.

4.3 Diálogo entre as áreas

Partindo da perspectiva de que as dimensões humanas e sociais, de um modo geral, são escassas dentro do curso de Ciências Biológicas, ainda que áreas de etnoecologia tenham alcançado cada vez mais espaço como campo de conhecimento, desenvolver pesquisas que realizam o diálogo entre gestores ambientais - que na maioria das vezes são biólogos, dentro da realidade dos povos tradicionais, expande nossa capacidade de compreender a natureza como um todo e, sobretudo, do papel do ser humano como agente transformador. A ausência deste tipo de aprendizado está relacionado ao modo cartesiano de pensar e viver, que nos afasta da natureza, esquecendo que a ela pertencemos e o que deveria ser os pilares da educação: o aprender a aprender, aprender a fazer (integrador), a ser e a conviver seguem fragmentados (ALVES, 2015).

O biólogo chileno Humberto Maturana nos elucida que a palavra aprendizagem vem de apreender, o que, para ele, quer dizer, pegar, ou captar algo. No entanto, a aprendizagem não é a captação de nada: é o transformar-se em um meio particular de intercâmbios recursivos que possui intrínseca relação com a maneira de viver de cada sujeito. O conhecer e o aprender estão arrolados à criação de enredos explicativos que unicamente realiza-se pelo sujeito humano (MATURANA, 2001). Ainda de acordo com o autor, o universo de conhecimentos, de experiências, de percepções do ser humano não é passível de explicação a partir de uma perspectiva independente desse mesmo universo. Só podemos conhecer o conhecimento humano (experiências, percepções) a partir dele mesmo.

Neste sentido é que estar em contato com esses povos e territórios alavanca um processo de troca de saberes e aprendizagem entre nós estudantes dispostas a pensar a conservação numa perspectiva da aliança com os povos, considerando outras formas de conhecimento, como o conhecimento tradicional, e no diálogo aberto com as pessoas que vivem diariamente a conservação através de seus modos de vida. Diferente do ensino cartesiano, onde as relações com a natureza estão distantes da sala de aula, as comunidades tradicionais possuem suas vidas intrínsecas à natureza. Se há natureza, há vida e continuidade da cultura, terra e florestas. É nesta concepção que a relação entre o órgão gestor e comunidade indígena deve avançar nos processos de cooperação

compreendendo que a presença dos povos é fundamental para conservação da biodiversidade e da cultura.

4.4 Diálogo entre academia, agentes governamentais e povos

Durante o processo de construção do TC, apesar de algumas divergências (uso da água, uso do fogo, moradias, adensamento populacional, dimensão territorial, entre outros), o Parque e os indígenas se consolidam nos mesmos objetivos, a recuperação da área e a conservação da biodiversidade.

Sammarco (2014) cita que há uma diversidade cultural e socioeconômica alarmante entre os atores socioambientais, a qual gera um abismo das comunidades tradicionais no envolvimento nos processos participativos realizados para a gestão destes territórios. Além disso, de acordo com a autora, “observa-se uma grande dificuldade por parte dos dirigentes governamentais de conhecer as necessidades reais destas comunidades, assim como, reconhecerem o papel positivo que seus costumes cognitivos possam contribuir para a gestão territorial (p.12)”.

Para Toledo (2001), a conservação da biodiversidade não pode ser realizada sem a participação das comunidades tradicionais visto que os territórios indígenas estão sendo cada vez mais reconhecidos internacionalmente como áreas com recursos naturais manejados.

5. Considerações finais

O diálogo e a aproximação com a comunidade indígena continua indispensável para que a pesquisa tenha seguimento e possa amparar as necessidades da área protegida e dos modos de vida da comunidade.

6. Recomendações para o manejo

6.1 Recuperação da área

A área onde localiza-se a Aldeia Tupã Nhe'è Kretã está em processo de regeneração natural, pois antes da chegada da comunidade, havia plantio de *Pinus* no local, o que resultou, após seu corte, uma área degradada um solo ácido e infértil segundo relato dos próprios indígenas. Entretanto, segundo relato dos indígenas, desde que a comunidade se estabeleceu na área vem acontecendo gradativamente a aproximação de animais silvestres e regeneração de plantas nativas. Nessa ótica é que o diálogo entre ICMBio e comunidade também se estabelece e prevê cooperação, podendo ser inserida a perspectiva do monitoramento participativo da área.

6.2 Levantamento de Etnoecologia

A proposta de pesquisa com as plantas medicinais na região da aldeia surgiu a partir de uma demanda da própria comunidade. Nesse sentido, a pesquisa será importante para se ter registro do conhecimento da comunidade em relação à área em que as plantas estão inseridas, usos desconhecidos pela comunidade externa e conservação das plantas, por consequência da mata. A maneira como os indígenas realizam a conservação é crucial para a expansão dos debates entre órgão gestor e outros atores do Parque já que podem aprender, trocar e compartilhar desses métodos, a fim de buscar uma conservação com cultura, valores e conexão entre ser humano e a natureza. Ademais, tendo em vista a construção do conselho do Parque, o envolvimento e a iminência dos principais atores são fundamentais para as ações futuras do Parque.

A ideia, além de mapear as plantas, os locais onde estão e relação da comunidade é produzir material que possa ser utilizado pela própria comunidade no ensino e educação socioambiental às crianças ou outras pessoas que possam querer transmitir o conhecimento.

6.3 Turismo

O etnoturismo se mostrou com grande potencial tanto para conservação da biodiversidade quanto para conservação sociocultural. Esse ponto deve ser levado em consideração para a gestão participativa tendo em vista que há interesse tanto dos indígenas quanto do órgão gestor em levar pessoas para a área do parque. Trabalhar a educação ambiental neste âmbito envolvendo os povos e a gestão do ICMBio.

7. Agradecimentos

Agradecemos às instituições fomentadoras ICMBio e CNPq por nos proporcionar a participação nesta pesquisa.

Aos indígenas da aldeia Tupã Nhe'é Kretã, em especial ao cacique Kretã, Elói e Woie, por serem protagonistas durante os encontros. As crianças e toda escola, por nos acolherem.

Aos pesquisadores que nos antecederam na aldeia, em especial ao antropólogo Pedro, que vem nos acompanhando e auxiliando durante esse processo.

As orientadoras Carina e Yanina, pelos ensinamentos valiosos de sempre, por nos oportunizar e confiar essa experiência.

Ao NGI Curitiba, em especial ao orientador Aroldo e Faraco, pelo acolhimento e por todas as oportunidades que vem nos proporcionando, acrescentando em nossa formação como biólogas.

8. Cronograma de Conclusão do Plano de Trabalho

Serão estruturados planos de ação específicos para complementar o mapeamento participativo, a partir dos estudos já realizados (ANEXO I). Planos específicos das demandas levantadas pela comunidade, sobre plantas medicinais, áreas de recuperação e turismo, por serem os principais eixos de potencial/limitação identificados nesse período. Envolvimento com a escola, com o objetivo de dar dimensão intergeracional dos usos do território e incorporação das temáticas que envolvem as UCS na escola.

Isso será realizado de acordo com as etapas:

Etapa 1 – Construção com os povos

Etapa 2 – Execução da pesquisa

Etapa 3 – Validação dos resultados com o grupo

Etapa	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	X	X				

2			X	X	X	
3					X	X

9. Citações e referências bibliográficas

ALVES, M. D. F. Reflexões sobre aprendizagem: de Piaget a Maturana. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.13, n.04, p. 838 - 862 out./dez. 2015.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BACKES, J. L. A construção de pedagogia decoloniais nos currículos das escolas indígenas. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 45, p. 41-58, jan./abr. 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada. – 6ª ed. ampliada – São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP/CEC, 2008.

FORTES, P. H. R.; OLIVEIRA, D. C.; RODRIGUES, L. F.; Comunidade da Aldeia Tupã Nhé é Kretã. Diagnóstico Socioambiental da Terra Indígena Tupã Nhé é Kretã. Curitiba, 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: RJ, Vozes, 1992.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Org. e tradução Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

Ministério do Meio Ambiente. O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão. Série educação ambiental e comunicação em unidades de conservação, Brasília, 2015.

MIRANDA, C.; SANTOS, O. S.; SANTOS, E. C. CONFLITOS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POVOS TRADICIONAIS: o caso da Vila de Taperebá no Parque Nacional do Cabo Orange. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios, Curitiba, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Bianca. Sobreposição de unidades de conservação e territórios tradicionais : o termo de compromisso como ferramenta para a gestão de conflitos no Brasil. ICB/UFMG, s/a.

SAMMARCO, Yanina M. Educación Ambiental y Paisajes para la gestión participativa de las Áreas Protegidas en Brasil. UAM/USP, Madrid, 2014.

SANTILLI, Juliana. Livro socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural, 2005.

TOLEDO, V. M. Povos / Comunidades tradicionais e a biodiversidade. Instituto de Ecologia, UNAM, México, 2001.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, jul./ dez. 2009.

TOMMASINO, K. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da intertrans-disciplinaridade. R. Museu Arq. Etn., 27: 121-134, 2016.

VIEIRA, P. F. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências, 2005.

ANEXOS

I) Demandas e usos

INDÍGENAS:

- Proteção das Nascentes e Bacia Hidrográfica. Microbacia pertence à Morretes
- Política de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas
- Estudo já realizado conste no acordo. Formalizar a questão da pesquisa no acordo
- Prazo de 3 anos no mínimo
- Recuperação da área
- Moradia, extrativismo, roças, usos simbólicos, recuperação, áreas sagradas
- Medicina tradicional é importante!
- escola indígena, perante a Secretaria da Educação sem ter terra homologada
- monitoramento da floresta
- Aceita a gestão compartilhada com uma condição:
 1. exclusividade e ter consenso entre nós
 2. autorização da luz
 3. instrumento para proteção da área – instrumento de luta
 4. mesmo objetivo: guardar para as gerações futuras
 5. Mutirões (calendário sazonal)
- Entrada e saída de pessoas/famílias
- Regimento interno da comunidade. Alguns crimes hediondos (caça, bebida)
- Tradução para língua indígena
- Não expor coisas da comunidade para fora
- Eventos/Visitantes
- Demandas (ABAIXO DETALHADO)
- Desafetação? Como instrumento de autonomia para as Terras Indígenas
- lixo leva na rodovia
- Diesel – gerador (autonomia de energia?)
- Plano para as crianças atrelado ao termo (monitoramento ambiental voluntário?)

DEMANDAS - Plano UFPR/ICMBio

A) Usos, Modos de Apropriação e Gestão Compartilhada:

1. Medicina Tradicional (ervas medicinais, etc.)
2. Regras informais (regimento interno da comunidade)
3. Criação de animais (que tipo de animais, etc.)

4. Nascentes – Bacia Hidrográfica
5. Roças de subsistência
6. Plantio e manejo de palmito, araucária e erva mate para subsistência
7. Presença de terceiros (mutirões) (Calendário sazonal)
8. Religioso e sagrado (precisa de algum tipo de acordo)
9. Coleta de produtos florestais (plantas medicinais, artesanato)
10. Pescaria
11. Meliponicultura
12. Identidade cultural (locais sagrados, de festividade, local para arena, encontro de jovens)
13. Gestão de resíduos
14. Monitoramento dos usos e gestão
15. Diesel – gerador de resíduos
16. Turismo (plano de visitantes)
17. Construção do Centro Etnobiodiverso Angelo Kretã. Projeto de etnoturismo. Recepção de grupos/eventos

B) Uso e Ocupação do Solo:

1. Moradias existentes
2. Construção de 6 casas
3. Regras informais para as próximas casas
4. obtenção de madeira apreendida pelo IBAMA

C) Infra-estrutura:

1. Instalação de postes de energia elétrica
2. Captação de água
3. Reabertura de estradas e ponte para remoção de Pinus

D) Restauração Ambiental:

1. remoção de espécies exóticas
2. construção de viveiros de espécies nativas
3. restauração dos açudes
4. monitoramento da floresta (com escola)

E) Regularização fundiária:

1. Subsídios para os etnomapeamentos e outras fases do processo de reconhecimento da Terra Indígena

Proposta Metodológica:

- Modos de Vida
- Etnoecologia/etnoconhecimento e Conhecimento Ecológico Tradicional

